

Congresso *8 NOV 1993 CORREIO A incógnita do escândalo BRAZILIENSE

Eduardo Brito

A certeza é de um veterano parlamentar: se a renovação do Congresso atingiu em 1990 a casa dos 71,27 por cento, no ano que vem chegará no mínimo a 90 por cento. "Tentar a reeleição virou negócio de alto risco", constatava ele após uma das sessões da CPI do Orçamento. O problema é saber quem se beneficiará do repúdio dos eleitores aos atuais parlamentares, sentimento mais do que comprovado nas pesquisas.

O PT, evidentemente, dá como certo que se tornará o grande vitorioso nesse processo, ampliando em muito a sua bancada, além de ganhar um impulso a mais na campanha de seu candidato presidencial Luís Inácio da Silva, primeiro colocado nas pesquisas antes mesmo de estourar o escândalo do Orçamento. Juntamente com o PDT, o PT é um dos partidos menos afetados pelas revelações que se avolumam.

Não há grandes dúvidas de que haverá mais petistas no futuro Congresso. Entretanto, isso possivelmente não significará uma explosão eleitoral. E há quem duvide até mesmo de que o próximo parlamento contará com uma bancada maior das esquerdas. É que as eleições de 1990 trouxeram muitas lições que ainda não foram devidamente digeridas, mesmo passados mais de três anos.

Todo mundo sabe que essas eleições apresentaram um repúdio aos políticos. As pesquisas provavam-no antes mesmo de se ir às urnas. O repúdio, aliás, estendia-se a um presidente cujo mandato não estava em jogo, mas que era o alvo principal das esquerdas. Os votos descontentes não se dirigiram majoritariamente, porém, às esquerdas, nem mesmo as que se apresentavam como extra-sistema, como o próprio PT.

O caminho escolhido com maior frequência para mostrar a revolta contra os políticos — senão a simples indiferença — foi o cruzar de braços. Nunca houve tantos votos nulos e

brancos no País. O PT, é verdade, duplicou sua bancada. Mas ficou ainda com menos de seis por cento do Congresso, apenas 35 deputados e um senador. Todas as esquerdas, somadas, não chegam a 20 por cento dele. Mais do que isso, a composição de várias bancadas, como as do PSDB e do PMDB, voltou-se nitidamente para a direita.

Os altos índices de votos nulos e brancos, computados para efeito de cálculo do cociente eleitoral, terminaram por favorecer as chapas com maior densidade em seu conjunto. À esquerda, mesmo candidatos bem votados terminaram por ficar de fora, por falta de uma legenda capaz de atingir o cociente. Em contrapartida, partidos bem-estruturados ou simples legendas de aluguel, desde que fornidas de recursos, conseguiram ocupar espaços.

O resultado foi que o novo Congresso teve menos a cara de Ulysses Guimarães, aliás punido com uma votação muitíssimo inferior à que alcançará quatro anos antes, e mais a de um Onaireves Moura, arquétipo de uma safra de desconhecidos que ultrapassou todas as expectativas. É verdade que não se pode culpá-los, a todos, pelos escândalos que hoje fazem todo o Legislativo estremecer, coisas de parlamentares com mais tempo de casa e de caixa. Mesmo assim é forçoso reconhecer que a maioria dos recém-chegados não trouxe grande acréscimo de brilho à Câmara ou ao Senado.

Em 1990 mudaram de mãos 22 das 25 cadeiras do Senado que estavam em jogo, assim como 354 das 495 vagas com que a Câmara então contava. Desta vez, com uma devastação ainda maior, abrem-se oportunidades inéditas não apenas aos partidos que saem incólumes do mar de lama, mas também a aventureiros de toda ordem, especialmente os que tenham dinheiro para gastar. Talvez surja daí um congresso melhor do que o atual. Mas não há qualquer garantia nesse sentido.